

CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 31/2020

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, reuniu-se via zoom.

Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Cláudia Silvestre (que presidiu e redigiu a presente ata), Francisco Sena Santos, Helena Pina, José Cavaleiro Rodrigues, Júlia Leitão de Barros, Mafalda Andrade, Manuel Batista, Ricardo Real Nogueira, Rosário Correia, Rúben Neves, Ana Carolina Martins, Inês Quadrilheiro, Tiago Silva e Beatriz Rocha Querido. Os restantes membros efetivos comunicaram atempadamente a sua impossibilidade de participação na reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

Esta reunião tinha a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da ata 30;
3. Apreciação e votação do Plano de Atividades da ESCS para 2021;
4. Assuntos supervenientes.

A Presidente do CR iniciou a reunião dando as boas vindas a todos conselheiros.

1. Informações

Cláudia Silvestre deu, em nome do conselho, as boas-vindas aos novos membros, representantes dos alunos: Ana Carolina Martins, Ana Cruz Inês Quadrilheiro e Tiago Silva, desejando um bom mandato.

Cláudia Silvestre lembrou a necessidade de se pensar o futuro do ensino e, em seu entender, acha que se deveriam começar por ouvir especialistas, pessoas que estudam e refletem sobre este assunto. E pediu sugestões aos conselheiros.

Ricardo Nogueira mencionou que a Covid-19 não levou apenas a uma mudança pedagógica, mas a algo muito mais abrangente: uma mudança social. Nesse sentido, embora concorde com a relevância das questões de cidadania e ecológicas, realça o problema das democracias, referindo as fake news e a manipulação de informação, demonstrando assim a necessidade de formar cidadãos com valores democráticos.

Júlia Barros embora perceba a necessidade de aulas não presenciais, referiu que estas não podiam ser com 200 alunos. E mencionou a necessidade de se redimensionar o número de alunos nas aulas online, pois nestas aulas é indispensável um acompanhamento mais individual.

Ana Carolina Martins deu uma ideia de como muitos alunos se sentem este semestre. Os alunos consideram as aulas de 3h extenuantes, pois a sua duração é exagerada e há muita informação a reter. Principalmente os alunos do primeiro ano sentem-se perdidos, não percebem a necessidade de algumas UC's, têm pouca interação com os colegas e, como consequência, há vários alunos que estão a pensar em cancelar a sua matrícula. Também alertou para a necessidade destes alunos serem acompanhados.

Cláudia Silvestre pediu ao Tiago Silva para falar um pouco da sua experiência, uma vez que se encontrava em Erasmus. Tiago Silva disse que também estava a ter aulas *online*, mas como as turmas de Erasmus são pequenas, não excedendo os cinco estudantes, é fácil os professores acompanharem os alunos.

Rúben Neves manifestou a sua preocupação com a sanidade mental dos alunos, referindo que alguns alunos de AM também queriam desistir, mas depois dos professores falarem com eles abandonaram a ideia. Salientou que a forma personalizada como tratamos os nossos alunos é uma das marcas da ESCS, mas que se vai perdendo com as aulas online. Nesse sentido, disse que é necessário pensar o projeto escola, pensar como reduzir o impacto das aulas *online* e escolher o melhor modelo para a ESCS e não aquele com o que cada um de nós mais se identifica.

Ricardo Nogueira adverte que a sociedade mudou e que nós temos que nos adaptar, optando por uma visão macro ou micro. E expressando a sua visão macro manifestou o seu apoio à realização de um ciclo de conferências que não esteja centrado apenas na ESCS/IPL, mas da educação como um todo.

Júlia Barros reforça a nossa responsabilidade acrescida dado sermos uma escola de comunicação. E considerou interessante a ideia de se convidar pessoas para falar sobre o



futuro do ensino, desde que estas não tenham uma visão ideológica sobre o assunto e que ponderem o fator humano e pedagógico.

Dado o adiantado da hora e a Direção já estar presente para fazer a apresentação do PA2021, Cláudia Silvestre sugeriu terminar a discussão e voltar-se a este assunto no ponto 4 - Assuntos Supervenientes.

2. Aprovação da ata 30

A ata número 30 foi aprovada por unanimidade.

3. Apreciação e votação do Plano de Atividades da ESCS para 2021

Cláudia Silvestre deu as boas-vindas ao Presidente André Sendin, e às Vice-Presidentes Sandra Miranda e Alexandra David. Às dez horas e vinte minutos, o Presidente apresentou ao conselho o Plano de Atividades da ESCS para 2021. Após a apresentação iniciou-se o período de discussão do documento.

José Cavaleiro Rodrigues começou por referir que embora este seja um plano anual, que este só faz sentido se fizer parte dum plano mais abrangente, e nesse contexto gostaria de saber quando é que a ESCS deverá atingir os rácios estipulados pelo novo regulamento de Graus e Diplomas.

André Sendin disse que esperava atingir os rácios em 2022/23. Assegurou que a Direção tem vontade e disponibilidade para atingir esses rácios, não só por ser uma imposição, mas principalmente por contribuir para a vitalidade da ESCS.

Em relação à investigação, José Cavaleiro Rodrigues referiu que embora possa existir dúvidas, ou alguma resistência quanto à criação de um, ou mais centros de investigação, esta tem que ser uma prioridade da ESCS.

André Sendin confirmou que é uma prioridade e informou que, ainda este ano, vai haver uma reunião para definir questões estratégicas relativamente ao centro. Contudo, alertou que será uma tarefa difícil, pois não há consensos. Referiu, no entanto, que terá que se avançar mesmo sem a existência consensos.

Ainda sobre a investigação, José Cavaleiro Rodrigues, comentou que a revista Comunicação Pública atingiu uma fase de maturidade que possibilita a sua indexação a bases de dados com mais cotação, o que irá contribuir para a boa imagem da ESCS. Aproveitou também a oportunidade para informar que vai abrir um *call* da FCT em janeiro e incentiva

todos os docentes da ESCS a concorrer. Referiu que, em sua opinião, deve haver uma visão sobre como a ESCS se quer posicionar enquanto ensino Politécnico, e que as novas ofertas formativas do segundo ciclo devem ser pensadas nesse enquadramento. E perguntou à Direção o que está a ser feito nesse sentido, e se há recomendações mais específicas sobre reformulação dos mestrados em curso.

André Sendin referiu que todos os coordenadores de mestrado estão a fazer alguns ajustes aos seus cursos. No entanto, o mestrado de AM extravasou as linhas orientadoras e por isso há necessidade de reformular a proposta de alteração do mestrado de AM.

José Cavaleiro Rodrigues expressou o seu receio de sermos ultrapassados em termos de oferta formativa, mencionando o caso da realidade aumentada como exemplo duma formação que a ESCS poderia pensar em parceria com o ISEL. Também perguntou o que pretende com a Agenda Cultural da ESCS e se esta será semelhante à do IPL.

André Sendin respondeu dizendo que não terá tanta informação como a Agenda Cultural do IPL e que servirá para divulgar alguns eventos. Sandra Miranda complementou, dizendo que um dos objetivos é dinamizar alguns espaços da ESCS, nomeadamente com exposições, atividades culturais e eventos a assinalar momentos importantes. Também falou da criação de um Museu Audiovisual da ESCS e que na génese desta ideia estão algumas peças antigas existentes no armazém da Escola.

José Cavaleiro Rodrigues concordou com esta linha orientadora reforçando a necessidade de trazer a sociedade para dentro da ESCS, como acontece com outras instituições a nível internacional. Capacidade de trazer a comunidade até à Escola

Rúben Neves, referindo-se ao Objetivo Estratégico 6, manifestou o seu agrado pela forma como se está a repensar e reposicionar a comunicação da ESCS. Em relação à oferta formativa, concordou que a ESCS tem muitas valências, pode abranger muitas áreas e que se poderia pensar, por exemplo, em cursos de verão. Mas realçou que é necessário sedimentar algumas áreas bem como ver a disponibilidade do corpo docente, dado que muitos docentes estão com doze horas letivas. Por fim, perguntou se o facto da creditação do IPL ter sido só por um ano, limitava de alguma forma o campo de ação da ESCS.

André Sendim esclareceu que a acreditação do IPL é um processo que depende de todas as unidades orgânicas e referiu que a ESCS colaborará para que a acreditação possa ser feita com sucesso.

Manuel Batista, ainda sobre a creditação questionou, qual foi o contributo da ESCS e aproveitou para reiterar o pedido da criação duma plataforma para a revista Comunicação



Pública, nomeadamente para a submissão de artigos. Cláudia Silvestre lembrou que este é um requisito para que a revista possa ser indexada em algumas bases de dados.

Sobre a acreditação do IPL, André Sendim, disse que a ESCS foi piloto na Dimensão Ensino, sendo esse o nosso contributo, e que as outras unidades orgânicas contribuíram para a acreditação noutras dimensões. Sandra Miranda elucidou que um dos fatores para a acreditação ter sido apenas por um ano, estava relacionado com a necessidade da investigação ser sistematizada doutra forma e que a ESCS já foi fazendo avanços nesse sentido. Outro ponto a melhorar era a avaliação dos protocolos com a comunidade, embora as unidades orgânicas tenham muitos protocolos, há que formalizá-los. Quanto à revista Comunicação Pública, informou que a Direção fez um pedido ao IPL para que se crie uma plataforma que aloje todas as revistas do IPL e que se está a trabalhar nesse sentido.

Ricardo Nogueira começou por felicitar a Direção pelo plano, mas questionou se a Covid-19 não é também uma oportunidade para se lançar novas ofertas formativas, nomeada com outros cursos diferentes, estritamente *online*. Também enfatizou a necessidade de se promover a cidadania e que esta devia estar destacada no Objetivo Operacional 5.6.

André Sendin informou que a pós-graduação em conjunto com a Escola de Saúde, está a ser planeada com uma parte presencial e outra a distância. E que este modelo servirá para ver como a experiência corre, podendo servir de base para pensarmos noutras oportunidades. Contudo referiu que o regime presencial está na génese da escola. Em relação à cidadania lembrou que alguns núcleos da ESCS desenvolvem trabalho nessa área. Alexandra David acrescentou que todos os aspetos abordados no Objetivo Operacional 5.6 estão relacionados com a cidadania. Embora Ricardo Nogueira tenha concordado, refutou dizendo que a cidadania é um termo mais amplo e que por isso deveria ter mais destaque.

Júlia Barros começou por felicitar a Direção por propiciar as condições de segurança para lecionação neste ambiente de pandemia. Depois partilhou as dificuldades que sente enquanto coordenadora numa secção devido à existência de muitos docentes com contratos a meio tempo e renováveis ano após ano. Nesse sentido, perguntou quantos professores existem na escola nessa situação e disse que havia a necessidade de se pensar numa maneira de integrar esses docentes nos quadros da escola, o que contribuiria para a vitalidade da ESCS, em particular, em termos de investigação. Disse também que um dos objetivos da Direção deveria ser reduzir a carga horária dos docentes para as nove horas semanais, dessa forma poder-se-ia apostar mais na internacionalização e na investigação.



Cláudia Silvestre aproveitou para expressar a dificuldade que os coordenadores de secção têm em trabalhar com docentes que têm um vínculo precário à ESCS, realçando que há docentes que participam na vida da ESCS, mas outros não. E falando da sua experiência enquanto coordenadora da secção de Estatística, expôs a dificuldade em trabalhar com um corpo docente com contratos precários e que não há qualquer tipo de incentivo para os docentes que realmente se empenham. Concluiu por dizer que a proposta de abertura de mais três concursos para Professor Adjunto que consta no plano é insuficiente para resolver o problema das secções.

André Sendin frisou que está prevista a abertura de três concursos para Professor Adjunto por ano e que isso já é uma ajuda. Respondeu à Júlia dizendo que está feito um estudo sobre a situação do corpo docente, mas que há restrições orçamentais e embora concorde que três por ano não seja o suficiente é o que é possível fazer. Quanto à carga horária dos docentes, concordou com a Júlia Barros, mas comentou que isso não está no horizonte da tutela.

José Cavaleiro Rodrigues subscreveu a intervenção da Júlia Barros, reforçando a necessidade da abertura dos concursos. E retomando a questão da cidadania, referiu que estamos numa área muito sensível, e por isso temos que investir na formação dos nossos alunos para que eles tenham a noção da responsabilidade que têm que ter enquanto profissionais de comunicação social e destacou o papel das ciências sociais, nomeadamente a ética, a sociologia, a história. Considerando que é preciso trabalhar mais e melhor. Falando da experiência do ensino *online*, perguntou o que iremos fazer com essa experiência, simplesmente ignorar? Clarificou que não se está a referir a cursos a distância, mas sim presenciais. Contudo esses cursos talvez não precisem ser totalmente presenciais. Por outro lado, lembrou que no ensino presencial pode-se utilizar vários recursos que as TIC proporcionam, de forma a ter um ensino de mais qualidade e mais próximo dos alunos.

Cláudia Silvestre comentou que no início da reunião falou-se da necessidade de se refletir sobre o futuro do ensino e que a pandemia só veio mostrar que é inevitável fazê-lo. Também considerou que é importante auscultar os alunos e saber como se sentem, mencionou a informação dada pela Ana Carolina Martins quanto aos alunos do primeiro ano sentirem-se perdidos, não perceberem o propósito de certas UC's e que este descontentamento tem levado os alunos a equacionarem a congelação da matrícula e eventualmente desistirem do curso. Referindo-se ao plano, salientou um dos pontos fortes que define os cursos da ESCS como sendo bem estruturados, com equilíbrio e articulação entre a teoria e a prática e o uso



de práticas pedagógicas com recurso à experimentação e a aulas laboratoriais. E lembrando que os alunos tiveram um segundo semestre atípico o ano passado, este ano também estão a ter durante o primeiro semestre e que provavelmente as restrições existentes vão estender-se ao segundo semestre, perguntou como é que se pode garantir que continuamos a formar alunos com as mesmas competências.

André Sendin afirmou que tem que ser feita uma avaliação e discussão com a ajuda do Conselho Pedagógico e Científico, pois são os órgãos que trabalham as questões da aprendizagem, transmissão de conhecimentos, das tecnologias, dos conteúdos, entre outras.

José Cavaleiro Rodrigues disse que seria importante pensar como esta experiência nos pode ajudar a ser melhores no futuro. E pensar se devemos aproveitar para aprender mais e evoluir o ensino adaptando-o melhor às novas gerações. Rúben Neves alerta que é preciso dotar os professores com a capacidade para lidar com equipamento/tecnologia e pensar num modelo educativo novo, pois não se pode transpor as aulas presenciais para o online. José Cavaleiro Rodrigues concordou plenamente com a intervenção do Rúben e reforçou a urgência e a nossa dupla responsabilidade por sermos uma escola de comunicação.

Ana Carolina Martins, falando desta experiência online, disse que não só os alunos do primeiro ano, mas os atuais alunos do segundo e terceiro ano, também sentem que há uma grande diferença entre o semestre passado e este, este semestre não tem havido tanta compreensão por parte dos professores. E lembrou que muitas famílias continuam em teletrabalho, consequentemente as condições para ter aulas e estudar não são as melhores.

Voltando ao plano, Cláudia Silvestre considerou que embora seja importante ter informação sobre o Índice de Satisfação de Procura da oferta formativa e querer mantê-lo, seria igualmente importante aumentar o número de alunos que entram em primeira opção.

Não havendo mais considerações sobre o PA, pelas doze horas e dez minutos, deu-se por encerrada a discussão do mesmo e a Direção abandonou a sessão. Em seguida, a presidente do CR propôs a votação do Plano de Atividades de 2021.

Foi aprovado por unanimidade.

4. Assuntos supervenientes

Neste ponto retomou-se a discussão sobre o futuro do ensino. Cláudia Silvestre referiu a urgência de se refletir sobre esta experiência de aulas online para que todos possam desempenhar melhor as suas funções. Pergunta a opinião dos conselheiros quanto a realizar-

se uma primeira reunião com os presidentes dos órgãos e Direção, e em simultâneo procurar quem reflita sobre a temática para depois se convidar alguém.

Francisco Sena Santos, concordou que seria interessante uma primeira reunião com as presidentes do CP e CTC e o Presidente da ESCS. Quanto aos oradores alertou para a necessidade de haver opiniões diferentes o que implicaria convidar-se mais do que um orador.

Rúben Neves advertiu que dentro da ESCS há opiniões diferentes, mas para sermos bem sucedidos é bom que todos estejam comprometidos e queiram tirar ilações desta experiência associada às aulas online. Caso contrário, as conclusões a que se chegar não terão qualquer consequência prática.

Júlia Barros falou da sua experiência pessoal que a leva a estar com uma opinião dividida, logo considerou que era natural as pessoas ainda não terem uma opinião bem definida. Salientou que o importante é todos estarem vinculados a esta discussão. Rúben esclareceu que era isso que queria dizer na sua intervenção, que deve haver vínculo e compromisso. Francisco Sena Santos relembrando a intervenção da Ana Carolina Martins mostrou a importância de agirmos.

Ricardo Nogueira concordou com a Júlia Barros quanto à ideia de reunir opiniões da academia, e das pessoas que pensam o ensino e o período pós-pandemia a nível nacional e internacional. E a partir de aí, começar a formar a nossa opinião e lançar então um ciclo de conferências. Apresentou algumas perguntas que se deve ter em mente: O que ensinar?, Como ensinar?, O onde está a ética e as questões democráticas?

José Cavaleiro Rodrigues começou por dizer que no fundo estávamos todos de acordo. Chamou a atenção para o facto deste órgão ter os principais motores de mudança: professores e alunos. E nesse sentido considerou que o CR podia ser o motor deste processo e ver como a Direção e os outros órgãos estarão disponíveis para que as reflexões/conclusões possam ter efeito prático.

Rosário Correia manifestou a necessidade de haver mais formação para os professores poderem usar o potencial das ferramentas disponíveis e saberem como motivar os alunos. Também referiu que seria bom haver partilha de informação entre os professores.

Helena Pina considerou ser fundamental uma partilha de experiências entre os professores, para promover uma visão mais abrangente. As UC's têm características, objetivos e modelos diferentes e, portanto, os docentes encontraram soluções adaptadas às



necessidades específicas das UC's que lecionam. Os modelos de solução podem e devem variar em função dos conteúdos, modelos e objetivos específicos de cada disciplina. É necessário equacionar o número de alunos por turma para permitir aprendizagens mais ricas. Se a redução do número de alunos por turma para a modalidade presencial é algo desejável, na modalidade a distância essa necessidade ainda se acentua mais. Nas aulas *online*, em que o contacto pessoal é mais "frio" porque é tecnologicamente mediado, a redução significativa do número de alunos por turma permite uma atenção e acompanhamento mais próximo dos alunos que faz toda a diferença na experiência de ensinar e aprender, como teve oportunidade de verificar pela experiência do semestre passado com uma das pós-graduações que possuía um número limitado de alunos inscritos. Helena Pina considerou que a reflexão profunda sobre estas e outras questões é muito importante e deve ser institucionalmente promovida.

Nada mais havendo a tratar, pelas treze horas a Presidente deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata.

A Presidente do Conselho de Representantes

Cláudia Vasconcelos Silvestre

P'A Vice-Presidente do Conselho de Representantes

Helena Figueiredo Pina

